

RECURSO ESPECIAL Nº 1.851.347 - BA (2019/0155058-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : GABRIEL SOUZA CORREIA
ADVOGADOS : MARCELO NEESER NOGUEIRA REIS - BA009398
IZAAK BRODER - BA017521
LUCAS MORENO ANDRADE - BA038644
RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : MARIA HELENA PEREGRINO DE CARVALHO -
BA009807

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **GABRIEL SOUZA CORREIA**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (fl. 170e):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. SÓCIO RETIRANTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA/SOLIDÁRIA COM A EMPRESA DEVEDORA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.003, PARÁGRAFO ÚNICO DO CC/2002. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO REGULAR DO AFASTAMENTO DA SOCIEDADE. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Nenhuma prova existe nestes autos capaz de afastar a responsabilidade subsidiária/solidária do agravante em relação à dívida executada da empresa, ÔMEGA COMERCIAL DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA., da qual, à época, ainda era um dos seus sócios cotista, até porque não se desincumbiu de comprovar, sequer, a data da sua regular saída do quadro societário, para, inclusive, valer-se do lapso de 2 (dois) anos, fixado no parágrafo único do art. 1.003 do Código Civil, cujo termo inicial se daria com a averbação da alteração do contrato social da empresa na Junta Comercial.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Com amparo no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos legais a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

At. 1.022, II, do CPC/2015 - "o Estado da Bahia, ao proceder com a averbação premonitória sobre bem de sua propriedade, não respeitou o quanto disposto no

art. 615-A, § 1º, do CPC, que impõe a necessidade de informar ao Juízo, no prazo de 10 dias, a realização da restrição administrativa. Nesse sentido, para que seja possível visualizar se a comunicação foi realizada no prazo estipulado pela lei, é imprescindível que se confronte as datas de efetivação da restrição e de protocolo da petição informativa ao Juízo. No entanto, muito embora tenha sido provocado a se manifestar sobre o tema, o Eg. Tribunal recorrido não o enfrentou de forma suficiente, uma vez que se limitou a afirmar que não haveria ilegalidade, face a petição protocolizada pelo Estado da Bahia e documentos anexados" (fl. 228e).

Art. 615-A do CPC/1973 - "para o exequente efetivar a averbação premonitória em qualquer bem, é mandatário que o proprietário seja parte da relação processual ensejadora da averbação, o que não é o caso dos autos, pois o Recorrente, à época da realização da averbação, era pessoa completamente alheia à relação processual" (fl. 226e)

Com contrarrazões, o recurso foi admitido.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, b e c, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

i) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

ii) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

iii) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

Superior Tribunal de Justiça

“O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Quanto à interposição do recurso especial com base na alínea b do permissivo constitucional, verifica-se que a parte recorrente deixou de indicar, efetivamente, qual o ato de governo local que estria sendo contestado em face de lei federal.

Assim, não pode ser conhecido o recurso no ponto, pois a deficiência em sua fundamentação inviabiliza a abertura da instância especial e atrai, por analogia, a incidência da orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

No mais, a parte recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração.

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia, nos seguintes termos (fls. 171/172e):

Não merece acolhimento a pretensão recursal de retirar a restrição premonitória que, por força de lei, recaiu sobre o veículo do agravante, em face da execução fiscal a que responde, na qualidade de co-responsável com a empresa executada, OMEGA COMERCIAL DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA.

A medida restritiva tem o amparo da regra do art. 615- A, do CPC/73, vigente à época da sua efetivação, que estabelecia, in verbis Art. 615-A -O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto.

Pois bem.

O próprio agravante instruiu a peça recursal com a cópia integral da Ação de Execução Fiscal, juntada a partir da fl. 24 destes autos, a qual, inicialmente, foi ajuizada apenas contra a empresa ÔMEGA COMERCIAL DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA., cujos títulos de créditos exequendos - Certidões de Dívida Ativa - constam os dados pessoais do ora agravante, na condição de co-responsável pela empresa devedora, dada a sua participação societária na mesma.

Com efeito, a teor da norma do art. 133, II, do CTN, a sua responsabilidade tributária é solidária com a pessoa jurídica executada,

ainda mais porque o fato gerador da dívida executada restou consolidado quando o agravante ainda era sócio da empresa, valendo ressaltar, por oportuno, que desde 2012 ele passou a integrar a relação processual da referida execução fiscal, como ressaltam as peças acostadas às fls. 57 a 59 destes autos, situação processual que nega o argumento expendido na inicial de não fazer parte da demanda, na condição de executado.

Vale registrar, ainda dentro desse contexto, que o pedido de retirada da restrição administrativa junto ao DETRAN, indeferido pelo a quo, foi protocolizado em 20.05.2014, nos autos da execução já em curso desde 2011, momento em que inquinou de ilegal a averbação premonitória da dívida à margem do registro do seu veículo, além de opor embargos declaratórios antes do ajuizamento deste agravo, condutas estas próprias de quem figura na relação processual.

Também não procede o argumento de que o exequente, ora agravado, tivesse deixado de atender ao formalismo legal previsto no § 1º, do citado art. 615-A do CPC/73, o que não ocorreu, como se pode constatar da cópia petição do Estado da Bahia de fl. 42, datada de 13.04.2011 e documentos que a instruíram, comprovando a formalidade procedimental da comunicação ao Juiz, prevista no citado dispositivo.

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, iii) corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas em seu art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: i) se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; ii) emprega conceitos jurídicos indeterminados; iii) invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; iv) não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em

tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; v) invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, vi) deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

- 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.*
- 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.*
- 3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.*
- 4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum.*
- 5. Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI - DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO -, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

E depreende-se da leitura do acórdão integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1431157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 11041181/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1334203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Em relação à pretensão de reconhecer irregularidade na averbação premonitória, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos e probatórios contidos nos autos, o tribunal de origem concluiu que "não procede o argumento de que o exequente, ora agravado, tivesse deixado de atender ao formalismo legal previsto no § 1º, do citado art. 615-A do CPC/73, o que não ocorreu, como se pode constatar da cópia petição do Estado da Bahia de fl. 42, datada de 13.04.2011 e documentos que a instruíram, comprovando a formalidade procedimental da comunicação ao Juiz, prevista no citado dispositivo" (fl. 172e).

Rever o entendimento do tribunal de origem, com o objetivo de acolher a pretensão recursal de reconhecer irregularidade na averbação premonitória em exame, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07 desta Corte, assim enunciada: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Isto posto, com fundamento no art. 932, III, IV, do Código de Processo Civil e art. 34, XVIII, *a* e *b*, do Regimento Interno desta Corte, **CONHEÇO EM PARTE E NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora